

Avaliação do uso de produtos naturais na prática do profissional de saúde

Evaluation of the use of natural products in practice of health professional

Vanessa Alves Mendes, Patrícia Stocco, Ane Caroline de Lara, Cristiane Melo de Oliveira, Helen Cristina Fávero Lisboa

RESUMO

Os produtos naturais ganham cada dia mais adeptos, o que exige dos profissionais de saúde um conhecimento mais aprimorado sobre o assunto. Seguindo esse pressuposto, esta pesquisa teve como objetivo avaliar o uso de produtos naturais na prática dos profissionais de saúde. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com delineamento transversal, exploratória, não experimental, realizada através de entrevista aplicando-se um questionário contendo perguntas abertas e/ou fechadas, abordando indagações referentes ao conhecimento dos profissionais de saúde de 13 Programas Saúde da Família (PSF's) da cidade de Rondonópolis (MT). Dos 64 entrevistados, 60,9% informaram saber a diferença entre planta medicinal e fitoterápico, 67,2% confiam parcialmente nos efeitos, 57,8% desconhecem os riscos do uso indiscriminado e 63,6% não prescrevem tais produtos. Considerando os resultados obtidos, verifica-se o desconhecimento e/ou despreparo dos profissionais em relação aos fitoterápicos e plantas medicinais, sendo necessário mais informação à respeito dos seus efeitos farmacológico e tóxicos, minimizando os riscos à saúde da população.

Descritores: Fitoterapia. Plantas Medicinais. Produtos naturais. Profissionais da saúde

ABSTRACT

Natural products gain more supporters every day, which requires health professionals a more enhanced on the subject. Following this assumption, this study aimed to evaluate the use of natural products in the practice of health professionals. It is a search for quantitative trait, cross, exploratory, non-experimental design, conducted through interviews applying a questionnaire containing open and / or closed questions, addressing questions regarding the knowledge of health professionals 13 Health Programs (PSF's) city of Rondonópolis (MT). Of the 64 respondents, 60.9% did not know the difference between herbal and medicinal plants, 67.2% partially rely on effects, 57.8% are unaware of the risks of indiscriminate and 63.6% do not prescribe such products. Considering these results, it is the ignorance and / or lack of preparation of the professionals regarding herbal and medicinal plants, more information is needed about pharmacological and toxic effects, minimizing risks to public health.

Descriptors: Phytotherapy. Medicinal Plants. Natural Products. Healthcare professional

Como citar este artigo:

Mendes VA, Stocco P, Lara AC, Oliveira CM, Lisboa HCF. Avaliação do uso de produtos naturais na prática do profissional de saúde. Revista Saúde (Sta. Maria). 2018; 44(1):1-7

Autor correspondente:

Helen Cristina Fávero Lisboa
Formação Profissional:
Farmacêutica-Bioquímica /
Doutora em Biotecnologia
Filiação Institucional: Universidade
Federal de Mato Grosso /
Campus de Rondonópolis
Tele: 66 8155 6768 / 91818012
E-mail: helcrisiq@yahoo.com.br
End. Para correspondência:
Universidade Federal de Mato
Grosso (UFMT) - Campus de
Rondonópolis, Instituto de
Ciências Exatas e Naturais (ICEN),
Departamento de Enfermagem,
Rodovia Rondonópolis/Guiratinga
Km 06, Bairro Sagrada Família,
Rondonópolis - MT, CEP: 78735-
901

Data de Submissão: 13/08/2015

Data de aceite: 27/03/2018

Conflito de Interesse: Não há
conflito de interesse



Introdução

O uso de plantas medicinais e produtos fitoterápicos vêm crescendo ao longo da história. Na era primitiva, os homens já se utilizavam dos produtos naturais no combate as doenças, descobrindo empiricamente o potencial terapêutico e a toxicidade das plantas. No Brasil, esta prática foi introduzida pelos indígenas que utilizavam seus conhecimentos empíricos para uso das plantas na cura das doenças endêmicas de suas tribos. É fato que até os dias atuais os estudos sobre as formas, uso e terapêutica dos produtos vegetais tem se tornado muito importante e que ainda existe muito a se estudar, pois de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) 80% da população faz uso desses produtos naturais no que tange atenção primária a saúde.¹⁻²

O significado de fitoterapia compreende o tratamento de patologias através de plantas medicinais, que é difundido na sociedade desde as antigas civilizações. Esta quando utilizada como instrumento terapêutico, abrange grande estoque de medicamentos e drogas vegetais que são tão ou mais eficazes e seguros quando comparados aos medicamentos alopáticos. Já, os produtos naturais por sua vez, são conceituados como aqueles “produzidos pela natureza ou conforme as leis da natureza, com a menor interferência humana possível, ou advinda de substâncias vegetais. Normalmente associa-se à produção artesanal ou não industrial”.³⁻⁵

O Brasil abrange uma parcela considerável da biodiversidade, estando esta em torno de 15 a 20% do total mundial, com maior destaque para as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade. Entre os elementos que a compõem, inicialmente as plantas são consideradas a matéria-prima para a fabricação de fitoterápicos e outros medicamentos. Pelo menos 25% dos medicamentos atuais são produzidos direta ou indiretamente a partir de alguma planta. A indústria e o comércio de fitomedicamentos no Brasil teve um faturamento em torno de R\$ 400 milhões em 2004, este segmento responde por 3% a 4% do faturamento anual do setor farmacêutico. Os fitomedicamentos são responsáveis por 6% do faturamento de todo o segmento de medicamentos mundialmente.⁶⁻⁸

Assim a utilização de plantas medicinais e fitoterápicas para o tratamento e prevenção de afecções vem cada vez mais ganhando consumidores em todo mundo, não somente pelo poder curativo, mas também pelo custo acessível quando comparados aos medicamentos alopáticos. Estima-se que grande parte da população mundial (80%) utiliza tais produtos como aliados à saúde por não possuírem condições econômicas de arcar com os preços onerosos dos medicamentos alopáticos, desconsiderando desta forma, os riscos da automedicação e uso indiscriminado, o que poderia acarretar agravos à saúde.⁹⁻¹⁰

Diante dessa problemática, o Ministério da Saúde por meio da Portaria GM nº 971, de 3 de maio de 2006, aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) para inserção de serviços e produtos relacionados as práticas alternativas, como à medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia e plantas medicinais e fitoterapia. Suas diretrizes contemplam as responsabilidades institucionais para as três esferas de governo e preconiza a participação popular em todas as etapas de sua implementação, além de garantir à população o acesso seguro e uso racional destes produtos, além de promover o uso sustentável da biodiversidade brasileira. A partir de então, foi elaborado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que em conformidade com as diretrizes da política destacando as ações, os gestores, os órgãos envolvidos, prazos e origem desses recursos, descreve ainda a inserção das plantas medicinais e fitoterápicos na prática do SUS.⁹

Nesses anos de existência o grande desafio para a execução dessas estratégias e atividades de avaliação dos seus efeitos, tem sido a formação e qualificação de profissionais em número adequado para atuarem no SUS, sendo necessário que os profissionais da saúde estejam capacitados para orientar a comunidade quanto à utilização de forma correta e segura das plantas medicinais e fitoterápicos. Porém, existem estudos comprovando que ainda há pouco conhecimento por parte destes profissionais quanto a este assunto, além da falta de interesse por parte dos gestores municipais para elaborar políticas que garantam a comunidade ao acesso seguro destes produtos.¹¹⁻¹²

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi avaliar o uso de produtos naturais na prática dos profissionais de saúde, sendo uma contribuição necessária para o avanço do conhecimento técnico/científico.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com delineamento transversal, exploratória, não experimental, cujo cenário foram 13 PSF's situados na cidade de Rondonópolis (MT). O desenvolvimento desta pesquisa iniciou-se após

aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller (080/CEP- HUJM/2011) e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por cada participante que aceitou corroborar. Os dados obtidos foram calculados e tabulados com a utilização do Microsoft Office Excel 2007, sendo realizada a estatística descritiva.

Foram entrevistados profissionais que atendem nos Programas de Saúde da Família (PSF), atendendo a demanda de assistência primária do Sistema Único de Saúde. Nestas instituições há uma equipe constituída basicamente pelo enfermeiro, médico, técnico de enfermagem, agentes comunitários de saúde e farmacêuticos, em algumas unidades ainda, possuem além dos profissionais supracitados, equipe de saúde bucal com um cirurgião dentista e auxiliar. As entrevistas foram realizadas nos períodos matutino e vespertino, em diferentes horários, de acordo com disponibilidade dos profissionais que foram abordados em seu local de trabalho em sala reservada para maior privacidade.

Realizou-se a coleta de dados no período de março de 2012 a fevereiro de 2013, por meio de entrevistas, aplicando-se um questionário aos profissionais de saúde citados. Os questionários continham perguntas abertas e/ou fechadas, abordando indagações referentes ao conhecimento dos profissionais quanto à diferença entre plantas medicinais e os fitoterápicos, forma de uso, parte da planta utilizada, nível de confiança na efetividade dos produtos naturais na cura das doenças e riscos de uso indiscriminado. Foram formuladas questões privativas aos médicos e dentistas em relação às prescrições de fitoterápicos e plantas medicinais e aos enfermeiros e equipe de enfermagem, sobre sentirem-se capacitados a realizar as orientações necessárias aos usuários dos produtos naturais.

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

Durante a execução da pesquisa, houve contribuição de todos os participantes presentes no momento da aplicação dos questionários, dos quais a porcentagem de perguntas em branco ficou em torno de 1,6%. Sendo assim, a amostra deste estudo foi constituída de 9 médicos, 13 enfermeiros, 16 técnicos em enfermagem, 1 farmacêutico, 2 dentistas, 2 auxiliares de saúde bucal e 21 agentes comunitários de saúde, totalizando 64 profissionais.

Aproximadamente 63,9% responderam que sabem a diferença entre planta medicinal e fitoterápico, e 59,4% alegaram conhecer as distintas formas de uso existentes (chá, infusão, emplastro, compressa, entre outras). Tais resultados concordam com estudo realizado com 104 profissionais de saúde (médicos, dentistas e enfermeiros) das Estratégias de Saúde da Família (ESF's) do Agreste Pernambucano no qual a maioria dos entrevistados (93,9%), responderam que sabiam a definição correta dos termos.¹³ Em outro estudo semelhante em Petrolina (PE), 50% dos profissionais quando questionados afirmaram saber a definição de fitoterápicos, no entanto, destes, aproximadamente 10% responderam de forma equivocada, pois afirmaram que Fitoterápicos são “plantas medicinais”, “plantas medicinais para tratar doenças” ou “terapêutica com plantas medicinais”.¹⁷

Em relação à parte da planta a ser utilizada, 57,1% responderam que não sabem, o que aumenta a insegurança dos mesmos para indicarem o uso da fitoterapia. Quanto à posologia, 85,7% afirmaram que não possuem tal conhecimento. Ao serem questionados quanto a confiança na efetividade dos produtos naturais na cura das doenças 68,4% dos profissionais responderam que confiam parcialmente no efeito, 15,8% possuem plena confiança, mesma porcentagem também descrita pelos que não confiam. Aproximadamente 41,3% referem conhecer os riscos do uso indiscriminado da fitoterapia e plantas medicinais, enquanto 58,7% desconhecem. Tais achados podem indicar a urgente necessidade de capacitação desses profissionais quanto ao uso dessa terapêutica complementar, devendo-se considerar que a orientação ao paciente sobre o tratamento, com informações sobre dose, posologia e possíveis interações, facilitará a obtenção do uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.¹⁸ Nesse aspecto, a promoção do uso racional de plantas medicinais requer o desenvolvimento de estratégias de divulgação e informação aos profissionais de saúde, gestores e usuários de conhecimentos básicos sobre plantas medicinais e fitoterápicos. Estudo encontrado, afirma que apesar das inúmeras possibilidades de uso de plantas medicinais por parte dos profissionais da área da saúde, seu uso ainda tem sido pouco explorado, sendo este fato provavelmente justificado pelo desconhecimento dos profissionais em relação ao uso de tais produtos.¹⁴ Embora alguns avanços sobre o tema sejam reconhecidos pelos profissionais de saúde, os resultados demonstram que a principal lacuna existente neste processo pode ser a falta de qualificação dos profissionais. Nota-se que as principais mudanças ocorridas nos últimos anos, principalmente com a elaboração das Políticas, abrange a qualificação dos profissionais, entretanto, observa-se a necessidade de mais esforços para atingir seus objetivos.¹⁷

Dentre os riscos conhecidos, a maioria dos entrevistados não citaram, porém, entre os descritos estavam

à intoxicação, alergias, superdosagem, vômito, hepatotoxicidade, neurotoxicidade, intolerância, problemas renais, coagulopatias, queimaduras e fotodermatites. Riscos estes citados também em estudo recente, no qual em contexto geral, 27% dos profissionais julgam que as terapias alternativas não sejam seguras por provocarem alergias, problemas de visão, náuseas, vômitos e distúrbios hormonais e que por esta razão 41% dos profissionais não indicam as terapias alternativas.¹⁰

Em pergunta destinada aos médicos e dentistas, o que representa 17% dos participantes, sobre a frequência de prescrição de produtos naturais para tratamento de patologias, 63,6% afirmaram não prescrever, enquanto que 36,4% realizam raramente tal prática, já para a opção frequentemente não houve resposta. Para esses resultados, foram descritos os motivos como a falta de conhecimento, de prática e treinamento específico, bem como de desconfiança na relação risco-benefício. No entanto, apesar de alegarem falta de conhecimento, 94% dos entrevistados disseram ter interesse em aprender mais sobre o assunto. Os dados obtidos nessa pesquisa concordam com estudo realizado na Unidade Básica de Saúde de Aracajú, na qual 25% dos médicos participantes afirmaram prescrições eventuais, ao passo que 75% não prescrevem,¹² provavelmente em decorrência do pouco conhecimento com conseqüente insegurança para prescreverem os produtos naturais. A falta de conhecimento e o pouco enfoque em terapias alternativas durante a formação acadêmica representam o principal motivo pelo qual a grande maioria dos profissionais de saúde não indicam medicamentos à base de produtos naturais.¹⁹

Em estudo semelhante, destinado a pesquisar quem indica o uso dos produtos naturais para a cura das doenças, notou-se que 4,2% dos usuários destes produtos têm indicação de profissionais da área de saúde, sendo que 3,1% responderam indicação médica e 1,1% com indicação de agentes de saúde.^{10,12} O desconhecimento, a falta de credibilidade no resultado e o pouco respaldo para estudar o assunto entre os profissionais de saúde, fazem com que os mesmos não estimulem o uso de espécies medicinais aos pacientes, dificultando também o esclarecimento das dúvidas da população, sobre o uso correto das plantas medicinais.²⁰ Sugere-se assim, que a indicação segura de uma terapêutica à partir de produtos naturais, está vinculada ao conhecimento do profissional sobre o assunto, sendo a orientação para uma utilização adequada, sem perda da efetividade dos princípios ativos localizados nas plantas e sem riscos de intoxicações por uso inadequado é fundamental.²¹

Quando questionado aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde se os mesmos faziam orientações aos pacientes sobre o uso correto, riscos e benefícios do uso de fitoterápicos e plantas medicinais, 77,1% responderam que não ao passo que 22,9% alegam orientar. Tais achados assemelham-se ao encontrado em duas outras pesquisas, uma em Petrolina (PE) onde 62% dos entrevistados afirmaram não saber orientar sobre tal prática¹⁷ e outra no Agreste de Pernambuco onde o resultado negativo foi de 65,9%.¹³ A orientação vinda do profissional da saúde é fundamental para que o paciente possa ser alertado sobre os riscos da toxicidade, interações medicamentosas e melhores formas de utilização das terapias alternativas.²² No entanto, sugere-se que tal prática seja prejudicada devido à falta de conhecimento dos profissionais da saúde²³

A utilização inadequada de determinado fitoterápico ou droga vegetal mesmo de baixa toxicidade, pode induzir distúrbios graves desde que preexistam outros fatores de risco tais como contraindicações ou uso concomitante de outros medicamentos.²⁴ Dessa forma, torna-se imprescindível que os usuários recebam orientações adequadas para que haja uma utilização de forma correta e racional dos fitoterápicos como o modo de preparo, as contraindicações e as indicações do fitoterápico/planta medicinal para cada patologia apresentada,²⁵ tornando-se, portanto, indispensável a capacitação dos profissionais, para a eficácia e segurança no uso da fitoterapia, uma vez que, eles são os principais multiplicadores das orientações dentro da comunidade.²⁶

Em relação ao questionamento se alguma vez em sua prática profissional prescreveu o uso de alguma planta medicinal ou fitoterápico, 75,4% declararam não fazer esse tipo de atividade, restando 24,6% dos entrevistados que alegaram ter indicado o uso de tais produtos, sendo as mais citadas plantas para ansiedade, insônia, indigestão e problemas renais (tabela 1), resultado concordante com o encontrado em pesquisa realizada em uma cidade no Agreste de Pernambuco aponta que 52,4% dos profissionais não prescrevem produtos naturais.¹³ Seria correto que os profissionais de saúde fossem capacitados sobre esses produtos, a fim de prescrever com maior frequência as plantas medicinais/fitoterápicos aos usuários, pois além do custo ser inferior quando comparados ao dos alopáticos, são bem aceitos pela população em geral, no entanto, as orientações adequadas são necessárias, a fim de evitar vários problemas decorrentes da automedicação. Ressalta-se ainda que os pacientes e a comunidade têm necessidade de esclarecimentos sobre as terapias não convencionais, pois é direito do paciente ser orientado sobre o mecanismo de ação das diferentes modalidades terapêuticas não-convencionais, a eficácia das mesmas, suas indicações e/ou contra

indicações, assim como possíveis riscos de interações entre as mesmas.²⁷

Algumas pesquisas descrevem que vários profissionais de diferentes categorias de saúde já conhecem e indicam algum tipo de planta medicinal e/ou fitoterápico, citando mais frequentemente hortelã, erva-doce, erva-cidreira e boldo.^{12,16} Nesse contexto, estudo recente descreve o dever dos profissionais de saúde em saber educar a comunidade sobre a utilização de fitoterápicos de forma correta, pois estes contêm princípios ativos que podem oferecer resultados terapêuticos satisfatórios quando empregados de forma correta, destacando ainda que o uso de plantas medicinais como prática complementar de saúde para os profissionais contribuem para a saúde dos indivíduos, mas que necessita de subsídios de um sistema completo.⁴ No entanto, ressalta-se que um grande número de profissionais de saúde que prescrevem plantas medicinais não teve contato com a fitoterapia em sua formação acadêmica e citaram que seu conhecimento sobre plantas medicinais é baseado principalmente no conhecimento popular dos pacientes e da comunidade, com ou sem interseção do conhecimento científico, havendo o reconhecimento de que seus conhecimentos específicos no assunto são limitados.²⁷

Tabela 1: Plantas medicinais/fitoterápicos mais citados e sua indicação

Número de profissionais que indicaram	Planta medicinal ou fitoterápico indicado	Motivo para que foi indicado
03	Erva cidreira/capim cidreira	Ansiedade/insônia
02	Quebra-pedra	Cólica renal
01	Papaína	Úlcera
01	Boldo	Estômago
01	Passiflora	Ansiedade
01	Torante	Tosse seca
01	Camomila	Estômago
01	Suco de maracujá	Calmante
01	Folha de abacate	Rins
01	Folha de pinha	Rins
01	Barbatimão	Cicatrizante

Já ao serem interrogados se conheciam algum medicamento proveniente de plantas medicinais (fitoterápico), 54,7% alegaram desconhecimento em relação a estes medicamentos, 39% afirmaram possuir tal conhecimento, entretanto, ao ser solicitado o nome do fitoterápico, deste percentual, apenas 16 (64%) entrevistados responderam corretamente o nome do fitomedicamento sendo citado o Abrilar®, Maracujina®, GinkgoBiloba®, Passiflora®, Catuaba®, Castanha da Índia®, Torante®, Ritmoneuran®, entre outros. Enquanto que 11 profissionais citaram plantas medicinais como babosa, erva doce, erva cidreira, camomila, mastruz, entre outras. Resultados que discordam com achado literário, em que revela entrevista com 244 pessoas na qual foram citados somente os medicamentos fitoterápicos, dos quais estava, o Calmapax® com citação de uso por 15 entrevistados, Tamarine® citado por 02, Abrilar® indicado por 01 entrevistado, GinkgoBiloba® lembrado por 24 pessoas, entre outros medicamentos.¹⁵

Ao serem questionados sobre o costume pessoal de usar as plantas medicinais e os fitoterápicos, 66,7% confirmaram uso, sendo que destes, 73,8% com uso esporádico, enquanto que 33,3% negaram essa prática. Na literatura encontram-se dados em que 72% de profissionais entrevistados conhecem e usam tais produtos e 28% conhecem, mas não utilizam. Entretanto, mesmo no desconhecimento, esses profissionais fazem uso de alguns fitoterápicos consagrados na prática terapêutica, como a arnica, o Dersani® (óleo de girassol) e a Papaína. Em outro estudo sobre o assunto realizado com médicos dos PSF's de Canoas (RS), 77, 8% dos participantes afirmaram utilizar estes produtos em sua vida pessoal e 70,4% com seus pacientes.¹⁶ Em Petrolina (PE) 49% dos profissionais de saúde em Estratégias de Saúde da Família fazem uso pessoal de produtos naturais,¹⁷ enquanto em Montes Claros (MG), encontrou-se uma prevalência de 75,5% na utilização pessoal de produtos naturais.²⁸ Estudo semelhante realizado com profissionais da Estratégia de Saúde da Família de um Município do Agreste Pernambucano onde foi encontrado 62,2% de profissionais que consomem planta medicinal¹³ e em Teresina (PI), encontrou-se que a maioria dos profissionais de saúde já fez uso

peçoal de plantas ou medicamentos fitoterápicos (79,4%). Neste caso, segundo relato dos entrevistados, esse uso teve como fonte de informações o contato com grupos culturais compreendendo parentes, amigos, vizinhos e os próprios usuários do SUS.²⁷ Percebe-se então, que apesar do profissional da saúde fazer uso de plantas medicinais em seu cotidiano, ele não se sente apto a prescrevê-las.

Pelos resultados apresentados, constata-se que apesar da pouca utilização dos produtos naturais nos serviços públicos de saúde do Brasil, ha um crescente interesse por parte dos profissionais de saúde na capacitação, e aquisição de conhecimento sobre o tema e assim, estreitarem seus laços com o paciente e comunidade. Mesmo com o avanço da medicina moderna na maior parte do mundo, é necessário que os profissionais de saúde, estejam capacitados para a utilização das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos com vistas a uma maior intervenção na atenção primária à saúde desses indivíduos.²⁹

Conclusão

Os resultados encontrados permitiram observar que os profissionais de saúde dos Programas de saúde de família do município de Rondonópolis, não prescrevem nem orientam tratamento a base de plantas medicinais/ fitoterápicos aos usuários destas unidades e isto muito provavelmente deve-se por estes não possuir informação adequada, devido à falta de capacitação em relação aos produtos naturais.

Além disso, estes também não confiam na efetividade de tais produtos, de modo que sua utilização é feita de forma esporádica e isso pode ser justificado pelo mesmo motivo do desconhecimento dos riscos, benefícios, partes da planta utilizada e formas de uso dos produtos naturais. Deste modo, os usuários dessa prática complementar de saúde, não recebem orientações adequadas para sua utilização, permitindo uma vulnerabilidade dos riscos que implicam a saúde dos mesmos.

Os resultados gerais encontrados apontam pouca informação pelos profissionais da saúde a respeito dos produtos naturais, sendo mínima a quantidade dos que possuem conhecimento e aperfeiçoamento profissional, ficando evidente nos resultados a baixa prescrição e utilização de fitoterápicos e plantas medicinais, devido à falta de informação e respeito dessas práticas no âmbito da saúde básica. Existindo a necessidade e interesse de muitos desses profissionais em capacitação.

Referências

1. Cunha AP. Aspectos históricos sobre plantas medicinais, seus constituintes activos e fitoterapia. ESALQ. 2011 1-6.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília, 2012.
3. Silva CGR, Silva JLL, Andrade M. Fitoterapia como terapêutica alternativa e promoção da saúde. Informe-se em promoção da saúde. 2007; 3 (2): p.15-17. Disponível em: <http://www.uff.br/promocaodasaude/fit.pdf>
4. Maia LF; Castro QJT; Resende FMF; Rodrigues das Dores RG. Plantas Medicinais e Hipertensão. Revista de Farmácia 2011: p.24-25. http://www.ufop.br/downloads/farmacia_revista24_artigo_tecnico.pdf.
5. Gomes NA. O novo consumidor de produtos naturais: consumindo conceitos muito mais do que produtos. ESPM. 2009.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Política nacional de plantas medicinal e fitoterápico. Brasília; 2006.
7. Rodrigues AG, Amaral ACF. Aspectos sobre o desenvolvimento da fitoterapia. In: Brasil. Ministério da Saúde. Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica. Brasília; 2012. p.13.
8. Almeida MC. Setor de fitomedicamentos deve faturar R\$ 400 milhões. DCI [Internet]. Dutra MG. Plantas medicinais, fitoterápicos e saúde pública: um diagnóstico situacional em Anápolis, Goiás. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente; 2009.
9. Dutra MG. Plantas medicinais, fitoterápicos e saúde pública: um diagnóstico situacional em Anápolis,

-
- Goiás [dissertação]. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente; 2009.
10. Veiga Júnior VF. Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. Ver Bras de Farmacogn. 2008; 18(2): 308-313. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v18n2/27.pdf>.
 11. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília; 2012.
 12. Lopes MA, Obici S, Albiero ALM. Conhecimento e intenção de uso da fitoterapia em uma unidade básica de saúde. Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente. 2012; 1(1): 53-59. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/saude/article/view/137>.
 13. Menezes VA, Anjos AGP, Pereira MRD, Leite AF, Garcia AFG. Terapêutica com Plantas Medicinais: Percepção de Profissionais da Estratégia de Saúde da Família de um Município do Agreste Pernambucano. Odonto. 2012; 20(39): 111-122. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/O1/article/view/2212/2859>.
 14. Oliveira FQ, et al. Espécies Vegetais indicadas na odontologia. Ver Bras Farmacogn. 2007; 17: 466-476. Disponível em: <http://coopex.fiponline.com.br/images/arquivos/documentos/1314119241.pdf>.
 15. Cavalcante AJSA, Anselmo FM, Schimitt G. Avaliação do uso de fitoterápicos por pacientes assistidos em postos de saúde de Tubarão- SC [dissertação]. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina; 2008.
 16. Rosa C, Camara SG, Béria JU. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. Ciênc. Saúde Coletiva. 2011. 16(1): p.311-318.
 17. Nascimento Junior BJ, Tínel LO, Silva ES, Rodrigues LA, Freitas TON, Nunes XP, Amorim ELC. Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil. Rev. bras. plantas med. 2016; 18(1):57-66.
 18. Santos RL, Guimaraes GP, Nobre MSC, Portela AS. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. Revista brasileira de plantas medicinais. 2011; 13(4):486-491.
 19. Pontes RMF, et al. O uso da fitoterapia no cuidado de crianças atendidas em um centro de saúde do Distrito Federal. Revista Comunicação, Ciências e Saúde. 2006; 17(2):129-139.
 20. Arnous AH, Santos AS, Beininger RPC. Plantas medicinais de uso caseiro: conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. Revista Espaço para a Saúde. 2005; 6(2):1-6.
 21. Dbruning MCR, Mosegui GBG, Vianna CMM. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. Ciênc. saúde coletiva. 2012; 17(10):2675-2685.
 22. Zeni ALB, Parisotto AV, Mattos G, Ernani TSH. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. 2017; 22(8):2703-2712.
 23. Petry K, Roman Júnior WA. Viabilidade de implantação de fitoterápicos e plantas medicinais no Sistema Único de Saúde do município de Três Passos/RS. Revista Brasileira de Farmácia, Rio de Janeiro. 2012; 93(1):60-67.
 24. Silva YA, Silva LC, Oliveira MSAS, Pessoa TRRF. Os Fitoterápicos na Atenção Básica: Atividade do PET-Saúde com Portadores de Doenças Crônicas não Transmissíveis. Revista brasileira de Ciências da Saúde. 2014; 18(Sup.2):157-162.
 25. Nóbrega AL, Ugulino PTD, Cajá DF, Dantas AEF. Importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família a cerca do uso da fitoterapia. Revista Brasileira de Educação e Saúde. 2017; 7(1):43-48.
 26. Sampaio LA, Oliveira DR, Kerntopf MR, Brito Júnior FE, Menezes IRA. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia. REME Rev Min Enferm. 2013;17(1):76-84.
 27. Fontenele RP, et al.. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil, Revista Ciências & Saúde Coletiva. 2013; 18(8):2385-2394.
 28. Pires IFB, Souza AA, Feitosa MHA, Costa SM. Plantas Medicinais como opção Terapêutica em Comunidade de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Revista Brasileira de Plantas Medicinais. 2014; 16(2):426-433.
 29. Bastos RAA, Lopes AMC. A Fitoterapia na Rede Básica de Saúde: o Olhar da Enfermagem. Rev Bras Ciênc Saúde. 2010;14(2):21-8.